

Por *Stella M. Peixoto de Azevedo Pedrosa*

Iniciamos o ano registrando um crescente número de submissões. Assim sendo, não poderíamos nos furtar de agradecer a confiança que vem sendo depositada em nossa revista.

Esse fato nos leva, uma vez mais, a empenharmos nossos esforços para oferecer uma edição ampliada. Desse modo, o número 38 do volume 15 da Revista Educação e Cultura Contemporânea apresenta 14 artigos que abordam temáticas atuais e relevantes para nossa área, uma seção temática constituída por 4 artigos sobre Representações Sociais, que foram apresentados para o número temático sobre o tema, porém ficaram sem espaço naquela publicação. Além desse total de 18 artigos, incluímos uma revisão de literatura.

Abrimos o primeiro número de 2018 com o artigo **Democracia racial e dispositivos de segurança no Brasil: contribuições para uma educação antirracista**, de autoria de *Mozart Linhares da Silva*, que analisa, como o próprio título indica, “o ‘mito’ da democracia racial na perspectiva foucaultiana dos dispositivos de segurança”.

Segue-se a este, o artigo **Trajetória do CEFAPRO e Qualidade: Do Contexto de Influência ao Contexto da Prática** de Laélia Portela Moreira e Elba Pinheiro de Moraes. Nele, as autoras apresentam o atual debate do direito à educação de qualidade, discutem suas diferentes acepções e analisam, com base nas políticas instituídas no país, a política de formação de professores intermediadas pelos Centros de Formação e Atualização de Professores (CEFAPROS), em Mato Grosso.

O terceiro artigo, de *Flávia Cristina Silveira Lemos*, *Nathália Dourado Frazão Costa* e *Ellen Aguiar da Silva*, intitulado “**Práticas de saber-poder sobre educação infantil em relatórios do UNICEF: problematizações**”, apresenta o resultado de uma pesquisa sobre as práticas de educação infantil. A pesquisa, fundamentada nas teorias e ferramentas

metodológicas demarcadas por Foucault, teve como base o estudo de oito relatórios do UNICEF (1990 a 2014), sobre a infância brasileira.

Em seguida, trazemos o artigo **Termo de acordo, metas e compromisso: a incursão do REUNI nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**, de autoria de *Elisângela Ferreira Floro* e *Neusa Maria Dal Ri*. Nele, como anunciado no título do artigo, as autoras apresentam reflexões e análises sobre o Termo de Acordo, Metas e Compromissos, assinado em 2010, entre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o Ministério da Educação. Além disso, elas especificam semelhanças encontradas entre o Termo de Acordo, Metas e Compromisso, e o REUNI, bem como as suas diferenças.

No artigo **A Base Orientadora da Ação: seu uso intencional na formação de conceitos de língua portuguesa**, *Lívia Mara Menezes Lopes* e *Orlando Fernández Aquino* apresentam a Base Orientadora da Ação (BOA) e, em seguida, explanam sobre os resultados de seu uso na formação de conceitos científicos de Língua Portuguesa, no Ensino Técnico de nível médio.

Iuri Kieslarck Spacek e *Vidalcir Ortigara* nos oferecem **A concepção de formação do indivíduo subjacente à finalidade da atividade de ensino de professores de matemática**. O artigo que teve como base uma análise, fundamentada no materialismo histórico-dialético, de dados coletados por meio de entrevistas, aponta duas categorias centrais: a formação do indivíduo para a empregabilidade e a formação do indivíduo para o exercício da cidadania.

Em continuação, o artigo **Reestruturação produtiva, reforma do estado e políticas educacionais no Brasil**, de autoria de *Paulo Gomes Lima*, atravessa diversas questões, tais como escola, exclusão, ensino superior. Tal como anuncia, o artigo organiza-se em três momentos: reestruturação produtiva, reforma do Estado Brasileiro e Políticas Educacionais a partir de 1990.

Temos, em seguida, de *Kênia Paulino de Queiroz Souza* e *Maria José de Pinho*, o artigo **Formação continuada emancipatória: uma ação criativa no contexto escolar contemporâneo**. A partir de uma revisão bibliográfica, as autoras levantam uma discussão sobre a formação continuada de professores da Educação Básica, visando a compreensão da diferença entre a visão conservadora e emancipatória no cenário

educacional com o intuito de apresentar, como uma possibilidade de mudanças na contemporaneidade, a formação continuada emancipatória.

Sob o título de **Estresse e Estratégias de Enfrentamento em Professores do Ensino Fundamental do Município de Taubaté/SP**, *Nancy Julieta Inocente, Patrícia de Oliveira Silva Hardt e Edna Maria Querido de Oliveira Chamon* buscaram identificar os níveis de estresse de um grupo de professores do ensino fundamental, predominantemente feminino. Além disso, foi realizado um levantamento das estratégias de enfrentamento por eles utilizadas, tendo sido empregada uma tipologia que considerou, para a qualificação das dimensões do estresse, manifestações físicas, psicológicas, psicofisiológicas e de temporalidade.

De autoria de *Mary Ellen Fernanda Zanini Lopes e Klinger Teodoro Ciríaco*, encontramos, no artigo **Ensino de nove anos: desafios e possibilidades de sua implementação**, um relato sobre a implantação, na Rede Municipal de Educação de Naviraí, Mato Grosso do Sul, sob a perspectiva de professores e dos responsáveis pela Gerência Municipal de Educação. Foi realizada, previamente, uma análise do processo de estruturação e implementação do Ensino Fundamental de nove anos em âmbito nacional, observando-se seus aspectos legais, políticos e pedagógicos.

No artigo seguinte, **As mudanças sociais, a relação família- escola e o processo educativo do estudante**, partindo da hipótese de que as transformações sociais incorrem em modificações nas famílias e nas suas relações com a escola, *Arnaldo Nogaro, Franciele Fátima Marques e Bruna Kátia Samoyedem*, abordam aspectos das transformações e dos novos significados da sociedade atual. Para tal, os autores partem de uma seleção de autores que fundamentam uma reflexão bibliográfica.

Na sequência, *José Leonardo Rolim de Lima Severo e Ada Raquel Teixeira Mourão*, a partir de fontes teóricas dos campos da Educação, Pedagogia Social e Psicologia Social, discutem, em **A cidade como espaço educativo: contribuições da pedagogia social**, a formação humana decorrente da vivência em espaços comuns, ressaltando a relevância do contexto urbano e da animação sociocultural. Os autores enfatizam a cidade como um lugar de formação coletiva que proporciona experiências educativas outras que aquelas oportunizadas no ambiente escolar, fortalecendo a convivência e contribuindo enormemente para educação para a cidadania.

Também considerando o espaço urbano como um espaço de formação, Paulo Henrique Leal e Aida Victoria Garcia Montrone nos trazem, em **Do olhar nos faróis ao convívio com malabaristas: a prática social do pedir nos semáforos**, considerações sobre uma pesquisa que realizaram junto a malabaristas e moradores de rua. Concebendo que as práticas sociais, constituídas pelas comunidades populares, expressam e constroem seus próprios processos educativos, os autores descrevem alguns desses processos.

Visando refletir acerca da relação entre os brinquedos e a constituição das identidades infantis, Aliandra Cristina Mesomo Lira e Josiane Aparecida Kopczynski se propõem, no artigo **Brinquedo e cultura: Barbie e a constituição da identidade feminina**, a problematizar influências desta boneca, cuja presença é notável no universo de brinquedos de meninas, e a construção de sua identidade. Para tal, as autoras realizaram uma série de entrevistas com meninas entre 7 e 10 anos, no contexto de uma pesquisa de natureza qualitativa.

Devido ao grande número e à qualidade dos artigos recebidos para nosso último número temático de 2017 – que versou sobre as Representações Sociais – deparamos-nos com a impossibilidade de publicar todos os artigos aprovados. Esse fato nos levou a decidir por incluir uma seção temática, no presente número, na qual alguns deles estão sendo apresentados. Entretanto, cabe esclarecer, não esgotamos, nesta publicação, a divulgação dos artigos recebidos que versam sobre o tema. Por essa razão, alertamos que outros trabalhos, abordando as Representações Sociais, poderão ser publicados em edições futuras.

Abrindo a seção temática, Gabriel Swahili Sales de Almeida, no artigo intitulado **A teoria da representação social e o discurso do sujeito coletivo em estudos no campo da política educacional: sentidos da interdisciplinaridade no BI**, traz parte de um estudo sobre os sentidos da interdisciplinaridade nos Bacharelados Interdisciplinares de uma Instituição de Ensino Superior. O autor apresenta por objetivo descrever e discutir o quadro teórico-metodológico adotado na pesquisa: a Teoria das Representações Sociais e da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo.

Em seguida, no artigo **A Teoria das Representações Sociais: conversando com os professores sobre trabalho**, Angela Maria Corso busca compreender a discussão da categoria trabalho com base no conceito das representações

sociais, particularmente sob o enfoque de Henri Lefebvre. Após reunir elementos, com base nas ideias de Marx, para se pensar as representações acerca do trabalho e trazer outros autores para a discussão levantada, ela discute as representações de trabalho a partir de entrevistas realizadas com professores do curso técnico em Administração ofertado em dois colégios estaduais.

No artigo seguinte, **Representações sociais: zona muda. Contributos do Modelo de Estratégia Argumentativa**, *Natércia de Andrade Lopes Neta, Ana Paula Mendes Correia Couceiro Figueira, Maria da Graça Amaro Bidarra* apresentam o Modelo de Estratégia Argumentativa como uma alternativa para a análise do discurso no levantamento de dados para pesquisas em Representações Sociais. As autoras destacam a adequação do modelo para se alcançar a “zona muda” e, assim, captar crenças veladas no discurso dos sujeitos da pesquisa.

Encerramos a seção temática com o artigo de *Andreza Maria de Lima e Laêda Bezerra Machado*, **Famílias de estudantes de escola pública: um estudo sobre relações entre representações sociais e práticas de professoras**. A partir de entrevistas realizadas com 15 professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino do Recife, as autoras analisam, com base na Técnica de Análise de Conteúdo Categorical Temática, as representações sociais de “famílias de estudantes de escola”

Finalizamos o presente número com **O vídeo na escola: uma revisão de literatura**, na qual as autoras, *Maria das Graças Lino Labrunie e Giselle Martins dos Santos Ferreira*, oferecem um panorama da discussão acadêmica sobre o vídeo na escola, a partir de 35 trabalhos localizados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no portal Capes Periódicos. Esta revisão é parte de uma pesquisa cujo objetivo geral foi analisar as concepções e práticas relativas à produção de vídeo na Educação Básica.

Recordamos que nosso próximo número, cujo período de submissão já se encerrou, apresentará como tema **Questões político-epistemológicas na pesquisa em Educação: em torno da noção de cegueira epistemológica**.

Também é importante lembrar que temos abertas duas chamadas para edições temáticas: **Perspectivas teórico-metodológicas e diálogos sobre pesquisas na formação de professores**, que se encerra em 30 maio, e **Educação e Tecnologias: contextos e singularidades**, cujo prazo para submissão estende-se até 15 de outubro.

Concluimos com mais agradecimentos. Aos nossos leitores, pelo crescente número de acessos; uma vez mais aos autores que nos enviam os artigos que compõem cada número de nossa revista e, muito especialmente, aos nossos pareceristas, pela constante disponibilidade para avaliação dos artigos que recebemos.

Boa leitura!